

ANEXO XI - Legislação

- **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Alterada pelas Leis:
 - **LEI Nº 8.883, DE 8 DE JUNHO DE 1994**- Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providências.
 - **LEI Nº 9.032, DE 28 DE ABRIL DE 1995** Dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.
 - **LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998** - Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.
 - **LEI Nº 9.854, DE 27 DE OUTUBRO DE 1999** - Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
 - **LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994** - Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
 - **LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005** - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000** - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 6, DE 15 DE AGOSTO DE 1995** – Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal.

- **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- **LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996**- Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.
- **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**- Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.
- **LEI Nº 6.496, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977** - Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências.
- **LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983**- Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências
- **LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990** - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- **LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991**- Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.
- **LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991** - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
- **LEI Nº 8.248, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991** - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001.
- **LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995**- Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- **LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995** – Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional. Estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências.

- **LEI Nº 9.327, DE 9 DE DEZEMBRO de 1996** - Dispõe sobre a condução de veículo oficial.
- **LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998** - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.
- **LEI Nº 9.711, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998** - Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, altera dispositivos das Leis nºs 7.986, de 28 de dezembro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 9.639, de 25 de maio de 1998 e dá outras providências.
- **LEI Nº 9.755, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998** - Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.
- **LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999** - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- **LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999**- Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.
- **LEI Nº 9.876 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 1999** - Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis números 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.
- **LEI Nº 10.176, DE 11 DE JANEIRO DE 2001** - Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.
- **LEI Nº 10.191, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001**- Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.

- **LEI Nº 10.192, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001** - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.
- **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002** – Institui o Código Civil.
- **LEI 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002** - Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e dá outras providências.
- **LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- **LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002** - Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.
- **LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004** - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.
- **LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004** - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
- **LEI Nº 11.077, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004** - Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispendo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências.
- **LEI Nº 11.111, DE 5 DE MAIO DE 2005**- Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.

- **LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005** - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.
- **DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946** - Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.
- **DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967** - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 89.056, DE 24 DE NOVEMBRO 1983** - Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que “dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências”.
- **DECRETO Nº 93.872, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986** - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 1.070, DE 2 DE MARÇO DE 1994** - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que dispõe sobre contratações de bens e serviços de informática e automação pela Administração Federal, nas condições que especifica e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 1.592, DE 10 DE AGOSTO DE 1995** - Altera dispositivos do Decreto nº 89.056/83, que regulamenta a Lei nº 7.102/83, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores e para o funcionamento das empresas que exercem serviços orgânicos de segurança, dá competência ao Departamento de Polícia Federal para controlar e fiscalizar o funcionamento das empresas especializadas e as empresas que exercem serviços orgânicos de segurança, dispondo, ainda, sobre os recursos provindos das arrecadações decorrentes das multas e taxas recolhidas pelas empresas.
- **DECRETO Nº 2.271, DE 7 DE JULHO DE 1997** – Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 2.295, DE 4 DE AGOSTO DE 1997** – Regulamenta o disposto no art. 24, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de

1993 e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

- **DECRETO N.º 2.809, DE 22 DE OUTUBRO DE 1998** – Dispõe sobre a aquisição e utilização de passagens aéreas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
- **DECRETO N.º 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999** – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providência.
- **DECRETO N.º 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000** – Aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
- **DECRETO N.º 3.697, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000** – Regulamenta o parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória nº 2.026-7, de 23 de novembro de 2000, que trata do pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.
- **DECRETO N.º 3.722, DE 9 DE JANEIRO DE 2001** – Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- **DECRETO N.º 3.784, DE 6 DE ABRIL DE 2001** - Promove a inclusão de itens de bens de consumo e de serviços comuns na classificação a que se refere o Anexo II do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000.
- **DECRETO N.º 3.892, DE 20 DE AGOSTO DE 2001** - Dispõe sobre a aquisição de bilhetes de passagem aérea e compras de materiais e serviços, mediante utilização do Cartão de Crédito Corporativo, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
- **DECRETO N.º 3.931, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001** - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.
- **DECRETO N.º 4.002, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001** - Dá nova redação ao inciso II do art. 5º do Decreto nº 3.892, de 20 de agosto de 2001, que dispõe sobre a aquisição de bilhetes de passagem aérea e compras de materiais e serviços, mediante utilização do Cartão de Crédito Corporativo pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências

- **DECRETO Nº 4.342, DE 23 DE AGOSTO DE 2002** - Altera dispositivos do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 4.358, DE 5 DE SETEMBRO DE 2002** - Regulamenta a Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.
- **DECRETO Nº 4.485, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2002** - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- **DECRETO Nº 4.939 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003** - Dispõe sobre a execução de atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de orçamento e finanças, relativas à manutenção dos órgãos que menciona, e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 5.355 DE 25 DE JANEIRO DE 2005** - Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para pagamento de despesas realizadas nos termos da legislação vigente, e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005** - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 5.482, DE 30 DE JUNHO DE 2005** - Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet.
- **DECRETO Nº 5.483, DE 30 DE JUNHO DE 2005** - Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, o art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, institui a sindicância patrimonial e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 5.504, DE 5 DE AGOSTO DE 2005** - Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de

recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.

- **DECRETO Nº 5.586, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2005** - Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, a Secretaria da Receita Previdenciária, inclusive em relação à dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, altera o Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA MARE-GM Nº 5, DE 21 DE JULHO DE 1995** - Estabelece os procedimentos destinados à implantação e operacionalização do Sistema de Cadastramento Unificado de Serviços Gerais - SICAF, módulo do Sistema Integrado de Administração de Fornecedores - SIASG, nos órgãos da Presidência da República, nos Ministérios, nas Autarquias e nas Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais - SISG.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997, DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO** - Disciplina a contratação de serviços a serem executados de forma - Disciplina a contratação de serviços a serem executados de forma indireta e contínua, celebrados por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 1997** - Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências.
- **PORTARIA NORMATIVA Nº 01, DE 06/08/2002, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO** - Estabelece procedimentos visando disciplinar a contratação da prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, do Serviço Móvel Celular – SMC, do Serviço Móvel Pessoal – SMP, do Serviço Móvel Especial – SME e de Chamada Franqueada do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC 0800, a ser executado de forma contínua nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.
- **PORTARIA TCU Nº 206, DE 18 DE SETEMBRO DE 2003** – Dispõe sobre a concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos no âmbito da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

- **PORTARIA Nº 5, DE 11 DE JUNHO DE 2003, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO** - Divulga os limites máximos para a contratação e repactuação de serviços de vigilância, limpeza e conservação.
- **PORTARIA/DPF Nº 992, DE 25 DE OUTUBRO DE 1995** - Visa normatizar e uniformizar os procedimentos relacionados às empresas prestadoras de serviços de segurança privada, às empresas que executam serviços de segurança orgânica e, ainda, aos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.
- **PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB Nº 2, DE 31 DE AGOSTO DE 2005** - Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional e dá outras providências.
- **PORTARIA/MJ Nº 1.264, DE 29 DE SETEMBRO DE 1995** - Estabelece critérios para serem adotados pelas empresas de transporte de valores, visando a melhoria das condições de defesa dos veículos especiais de transporte de valores e de suas guarnições - repotencialização.
- **PORTARIA Nº 925, DE 28 DE SETEMBRO DE 1995** - Dispõe sobre fiscalização do trabalho na empresa tomadora de serviço de sociedade cooperativa.
- **RESOLUÇÃO Nº 218/73 – CREA** – Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
- **Resolução 358/91 – CREA** – Dispõe sobre a inclusão do técnico em segurança do trabalho entre as constantes da Resolução nº 262/79.
- **Resolução 359/91 – CREA** – Dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- **RESOLUÇÃO Nº 444/00. – CONFEA** - Dispõe sobre os procedimentos relativos ao consórcio de empresas, participação de empresas estrangeiras em licitações e acervo técnico de obras e serviços realizados no exterior.
- **RESOLUÇÃO Nº 425/98 – CREA** – Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e dá outras providências.
- **Resolução 474/99 – CREA** – Dispõe sobre a ART relativa às atividades dos Engenheiros e Arquitetos, especialistas em Engenharia de Segurança do Trabalho.

- **ATO Nº10/84 – CREA** – Dispõe quanto a expedição de Certidões de Acervo Técnico nos Termos da Resolução nº 230/75, do CONFEA, e dá outras providências.
- **ATO Nº 12/86** - Dispõe sobre obrigatoriedade de registro no CREA/DF de pessoas físicas, jurídicas e da outras providências.
- **ATO N.º 17/90 – CREA** – Dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referentes à engenharia de segurança do trabalho e dá outras providências.
- **ATO 19/93 – CREA** – Dispõe sobre a regularização dos trabalhos de engenharia, arquitetura e agronomia iniciados ou concluídos sem a participação efetiva de profissional habilitado.
- **ATO N.º21/94 – CREA** – Dispõe sobre expedição de certidão de registro e quitação de pessoas jurídicas e dá outras providências.
- **ATO Nº 22/96 – CREA** – Dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional nas atividades inerentes a projeto, fabricação, transformação, manutenção, reparos e retífica de veículos automotores e reboques.
- **ATO Nº 23/96 – CREA** – Dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional das atividades de projeto, fabricação, manutenção e instalação de ar condicionado, câmaras frigoríficas e sistemas de resfriamento, exaustão e ventilação forçada.